



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

LEI Nº. 525/2009

Publicação em: 0 Regional
No Dia: 25/07/2009
Na Edição Nº 2.656
Página Nº 09. cad. A. 04.

Súmula: Dispõe sobre a concessão de subvenção a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à **APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.879.406/0001-25, com sede e foro na Avenida São Luiz s/nº, nesta cidade, entidade de caráter educacional, sem fins lucrativos, até o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), objetivando atender as ações contidas no Programa de Trabalho protocolado neste Poder Executivo sob nº. 27.521/09, datado de 05/06/2009

Art. 2º - O Poder Executivo cessará a liberação social de que trata o artigo anterior, caso a entidade venha a descumprir os objetivos estabelecidos no plano de aplicação apresentado.

Art. 3º - A entidade beneficiada comprovará de que os serviços estão sendo efetivamente prestados ou postos à disposição da comunidade e obedecidos aos padrões mínimos de eficiência, previamente fixado pelo órgão fiscalizador do Poder Executivo.

Art. 4º - A Concessão de que trata essa Lei correrá a conta e ordem da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 0400 – Departamento de Educação, Cultura e Esportes

0401 – Divisão de Educação

123670004.2.017 – Manutenção da Educação Especial

3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais

01000 – Recursos Ordinários Livres

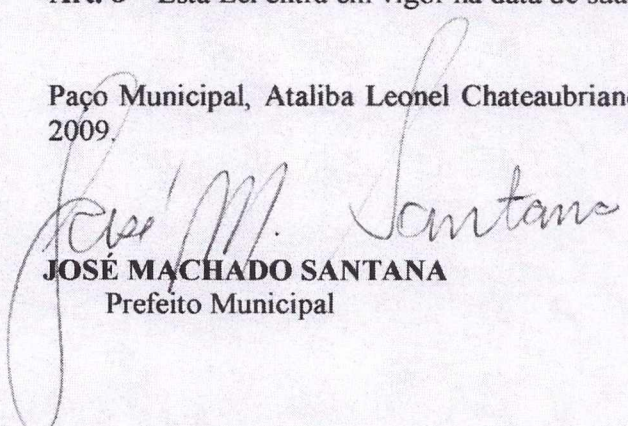
Art. 5º - A transferência se fará em até 06 (seis) parcelas mensais.

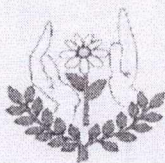
Art. 6º - Para a quitação mensal, a entidade deverá apresentar recibos e/ou fatura e prestar contas se necessário for, ao serviço contábil do Município.

Art. 7º - Esta Lei tem validade até 31/12/2009.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Ataliba Leonel Chateaubriand, 03 de julho de 2009.


JOSÉ MACHADO SANTANA
Prefeito Municipal



APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CGC 80.879.406/0001-25

Avenida São Luiz, nº 490 – Fone: (44) 5261575

CEP 85830 000 - Formosa do Oeste - Paraná

MD. PREFEITO MUNICIPAL
DE FORMOSA DO OESTE –
PR.

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste pessoa jurídica de direito privado, com foro e sede na Avenida São Luiz nº 490, nesta cidade de Formosa do Oeste, inscrita no CNPJ sob nº. 80.879.406/0001-25, através de seu Presidente abaixo assinado, vem mui respeitosamente requerer de Vossa Excelência, a concessão de transferência voluntária, a título de (subvenção social ou contribuição ou auxílio), no valor de até R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), para atender as ações previstas no Plano de Trabalho, em anexo juntamente aos demais documentos:

- a) Plano de Trabalho;
- b) Cópia do Estatuto da Entidade, com todas as alterações em vigor, devidamente registradas no Cartório de Registro Civil;
- c) Ata de Posse da atual diretoria;
- d) Fotocópia do Cartão do CNPJ/MF;
- e) Certidão Liberatória do tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- f) Certidão negativa de Tributos Municipais;
- g) Certidão de prestação de Contas emitida pelo órgão controlador da Prefeitura, relativa a prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- h) Cópia da Lei nº.008/91, que reconheceu esta entidade de utilidade publica.

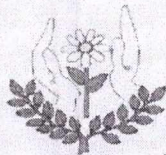
Nestes termos, Pede Deferimento

Formosa do Oeste 11 de Maio de 2009.

Geraldo de Moraes Correa

PRESIDENTE - APAE

PROTOCOLO Nº 27.521/09
EM... 05 06 09 10:45 horas
L. - Des. Inf.



**APAE – Associação de Pais e Amigos do
Excepcionais
CGC 80.879.406/0001-25**

Avenida São Luiz, nº 490 – Fone: (44) 5261575
CEP 85830 000 - Formosa do Oeste -
Paraná

ANEXOII

MODELO DE PLANO DE TRABALHO DA TRANSFERENCIA VOLUNTÁRIA

**1 - identificação da Entidade Proponente/Tomadora Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO
DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Endereço: Av. São Luiz 490

CNPJ: 80.879.406/0001-25

Nome do Representante Legal: Geraldo de Moraes Correa

3 - Descrição do Objeto a ser Executado:

**Ação nº Especificação da Ação a Ser
Desenvolvida**

**1.9 Atendimento de Programa de
Habilitação, Reabilitação e Tratamento Precoce.**

4 - Descrição das Metas a serem Atingidas:

Ação nº Meta de Qualidade

1.9 59 alunos

5 - Etapas da Execução do Objeto:

Os serviços serão executados mensalmente com a realização de serviços continuados com os usuários assistidos por esta instituição.

Titulo da Transferência Voluntária: Subvenção Social	
Finalidade: Assistencial	
Nº da Ação	Descrição da Ação
1.1	Atendimento de Programa Social as Pessoas Carentes
1.2	Atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente
1.3	Atendimento de Programa de Cidadania (documentação)
1.4	Atendimento do Estatuto do Idoso
1.5	Atendimento de Ações Sócio-Educativas de Apoio as Famílias
1.6	Atendimento de Programas Antidrogas
1.7	Atendimento de Programa de recuperação de Alcoólatras
1.8	Atendimento de Programa de Albergados
1.9	Atendimento de Programa de Habilitação, Reabilitação e Tratamento
1.10	Atendimento a Outros Programas

Titulo da Transferência Voluntária: Subvenção Social	
Finalidade: Educacional	
Nº da Ação	Descrição da Ação
2.1	Atendimento de Crianças na Educação Infantil! (creche)
2.2	Atendimento de Criança em Educação Infantil (pré-escolar)
2.3	Atendimento de Crianças em Educação Especial (Infantil)
2.4	Atendimento de Crianças em Educação Especial (18 a 4 ⁸ Series)
2.5	Atendimento de Educação de Jovens e Adultos
2.6	Atendimento a outros Programas Educacionais

Titulo da Transferência Voluntária: Contribui<,ao	
Finalidade: Comunitária	
Nº da Ação	Descrição da Ação
3.1	Atendimento Comunitário
3.2	Organização Comunitária
3.3	Representação Comunitária
3.4	Aquisição de Materiais Comunitários
3.5	Atendimento a Outros Programas Comunitários

Título da Transferência Voluntária: Contribuição	
Finalidade: Esportiva	
Nº da ação	Descrição da Ação
4.1	Organização de Campeonatos Esportivos
4.2	Organização de Atividades Recreativas
4.3	Aquisição de Material Esportivo
4.4	Realização de Provas Automotivas e afins
4.5	Realização de Competições Esportivas Amadoras
4.6	Apoio a Agremiações Esportivas Amadoras
4.7	Organização de Atividades Esportivas
4.8	Atendimento a Outras Atividades Esportivas

Título da Transferência Voluntária: Contribuição	
Finalidade: Cultural e Artística	
Nº da ação	Descrição da Ação
5.1	Organização de Atividades Culturais
5.2	Representação Artística
5.3	Aquisição de Materiais Culturais
5.4	Apresentação de Shows Culturais
5.5	Apoio na Realização de Atividades Culturais e Artísticas
5.6	Apoio a Outras Atividades Culturais e Artísticas

Título da transferência Voluntária: Contribuição	
Finalidade: Saúde Pública	
Nº da ação	Descrição da Ação
6.1	Atendimento de Saúde em Consórcios Intermunicipais
6.2	Atendimento de Exames Especializados
6.3	Atendimento de Pacientes em Centro de Tratamento Especializados
6.4	Apoio a Bancos de Sangue
6.5	Apoio a Outras Atividades de Saúde Pública

Título da Transferência Voluntária: Contribuição	
Finalidade: Classe e Outros	
Nº da ação	Descrição da Ação
7.1	Atividades Municipalista (AMOP, AMP, ACAMOP, ADAMOP, etc)
7.2	Organização e Realização de Exposições, Feiras e Similares
7.3	Organizações e Promoções do Comércio e Indústria
7.4	Organizações e Promoções de Eventos Ambientais
7.5	Fomento ao Desenvolvimento Agropecuário e Demais Culturas
7.6	Apoio a Outras Atividades Correlatas ou Similares

Título da Transferência Voluntária: Auxílio	
Finalidade: Comunitário	
Nº da ação	Descrição da Ação
8.1	Construção de Salão Comunitário
8.2	Ampliação de Salão Comunitário
8.3	Reforma de Salão Comunitário
8.4	Construção de Abastecedor Comunitário
8.5	Reforma e Melhoria de Abastecedor Comunitário
8.6	Aquisição de Móveis, Utensílios e Equipamentos Comunitários
8.7	Aquisição de Patrulha Mecanizada
8.8	Reforma e Melhoria de Patrulha Mecanizada
8.9	Aquisição de Materiais Permanente
8.10	Aquisição de Materiais de Consumo
8.11	Aquisição de Gêneros Alimentícios
8.12	Apoio na Elaboração e Registro de Estatuto e Documentos
8.13	Apoio a Outras Atividades Similares

Título da Transferência Voluntária: Auxílio	
Finalidade: Esportiva	
Nº da ação	Descrição da Ação
9.1	Construção de Praças Esportivas
9.2	Ampliação de Praças Esportivas
9.3	Reforma de Praças Esportivas
9.4	Aquisição de Materiais Esportivos
9.5	Apoio nas Organizações Esportivas
9.6	Apoio na Organização e Realização de Atividades Recreativas
9.7	Aquisição de Materiais Recreativos
9.8	Apoio a Outras Atividades Similares

Título da Transferência Voluntária: Auxílio	
Finalidade: Cultural e Artísticos	
Nº da ação	Descrição da Ação
10.1	Construção de Centro Cultural e Artístico
10.2	Ampliação de Centro Cultural e Artístico
10.3	Reforma de Centro Cultural e Artístico
10.4	Aquisição de Livros e Material Bibliotecário
10.5	Aquisição de Equipamentos Culturais e Artísticos
10.6	Apoio a Outras Atividades Similares
10.6	Apoio na Organização e Realização de Atividades Culturais e Artísticas

ESTATUTO DA APAE DE FORMOSA DO OESTE PARANÁ

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste ou, abreviadamente, APAE de Formosa do Oeste, fundada em Assembléia realizada em 03 de Dezembro de 1990, nesta cidade de Formosa do Oeste, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A APAE de Formosa do Oeste é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município de Formosa do Oeste, na Avenida São Luiz, 490, Estado do Paraná.

§ 1º - A APAE de Formosa do Oeste adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas brancas, centro amarelo-ouro, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor branca, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo vinte e duas folhas.

§ 2º - A bandeira da APAE de Formosa do Oeste, na cor azul, contendo ao centro o símbolo da Federação, terá as cores oficiais da bandeira do Brasil e suas medidas em conformidade com o Estatuto da Federação Nacional das APAEs, seu Regimento Interno ou Resolução.

§ 3º - Todos os eventos realizados pela APAE seguirão o Protocolo Oficial para Cerimônias estabelecido em Resolução expedida pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 3º - O dia 11 de dezembro, é consagrado como Dia Nacional das APAEs (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da APAE.

Art. 4º - São os seguintes os fins desta APAE, na sua área de jurisdição:

a) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

b) coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

c) atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional e pela Federação das APAEs do Estado, coordenando e fiscalizando sua execução;

d) articular junto aos poderes públicos municipais e entidades privadas, políticas que assegurem

o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência e com outras entidades no município, que defendam a causa da pessoa com deficiência em qualquer de seus aspectos;

e) encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

f) exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;

g) compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação;

h) promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE;

i) promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos da pessoa com deficiência e de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

j) estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

k) divulgar a experiência apaeano em órgãos públicos e privados, no âmbito municipal;

l) prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela na área específica de atendimento, àqueles que deles necessitarem;

m) desenvolver e estimular política de autodefensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano;

n) promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visando à inclusão social da pessoa com deficiência.

Parágrafo único - Considera-se “Excepcional”, “Pessoa Portadora de Deficiência” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que apresenta perda ou alteração de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade e/ou necessidades que impliquem em atendimento especial, tendo como referência sua inclusão social.

Art. 5º - Para consecução de seus fins, a APAE se propõe a:

a) promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, bem como a realização das finalidades da APAE;

b) incentivar a participação da comunidade e instituições públicas e privadas nas ações e programas voltados ao atendimento da pessoa com deficiência;

c) promover parcerias com os diversos setores de atividades, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho;

d) intensificar o intercâmbio entre as entidades co-irmãs, análogas filiadas, as associações congêneres e instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

e) manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e filosofia do Movimento Apaeano;

f) solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados e as contribuições de pessoas físicas;

g) firmar parcerias com entidades co-irmãs e análogas, órgãos públicos e privados, inclusive produção e venda de serviços, conforme legislação em vigor, para manutenção e garantia de oferta e qualidade na prestação dos serviços;

h) fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da

sigla APAE, por seus associados;

- i) promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como colônia de férias, jardinagem, clubes, atividades culturais, etc;
- j) promover e facilitar a vida em família da pessoa com deficiência apoiando e/ou gerenciando casas-lares para aquelas em situação de risco ou abandono;
- k) oferecer oportunidade a que pessoas com deficiência possam participar de Conselhos, Diretorias ou Comissões Especiais da APAE.

Art. 6º - A APAE de Formosa do Oeste integra-se, por filiação, à Federação Nacional das APAEs, de quem recebe orientação, apoio e permissão para uso do nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere e a cuja supervisão se submete.

§ 1º - A APAE, após a filiação à Federação Nacional das APAEs, será automaticamente considerada como filiada à Federação das APAEs do Estado do Paraná, a cujo Estatuto também adere e a cuja supervisão também se submete.

§ 2º - A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso pela filiada do nome, símbolo e da sigla APAE estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das APAEs.

§ 3º - A APAE apresentará, anualmente, à Federação das APAEs do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, incluindo balanço financeiro, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal e plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Seção I

Do Quadro Social

Art. 7º - A APAE de Formosa do Oeste. é constituída por número ilimitado de associados, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo único. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da APAE.

Art. 8º - O quadro social da APAE é constituído pelas seguintes categorias de associados:

- a) contribuintes, são as pessoas físicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a APAE por contribuição mensal, semestral ou anual em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da APAE, firmando termo de adesão de associado;
- b) beneméritos, são as pessoas físicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços à APAE, não tendo direito a voto e não podendo ser votados, salvo se forem também associados contribuintes;
- c) correspondentes, que são aqueles que prestam colaboração à APAE, porém residem em

outros pontos do território nacional ou em outro país;

d) honorários, constituindo-se das personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da excepcionalidade, e assim se fizeram credores dessa homenagem, apontados por proposta da diretoria à Assembléia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados, salvo se forem também associados contribuintes;

e) especiais - Os pais e as mães cujos filhos estejam matriculados nos programas de atendimento da APAE, ou os seus responsáveis, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados;

f) fundadores - São as pessoas que participaram da primeira Assembléia Geral de constituição da entidade e assinaram a respectiva ata, serão consideradas sócias fundadoras.

Seção II

Dos Títulos Honoríficos

Art. 9º - A APAE poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

I - São Agraciados Beneméritos as personalidades, física ou jurídica, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso da instituição filiada ou para a própria APAE.

II - São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência.

III - A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE.

IV - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão de 4(quatro) membros, sendo 2(dois) da Diretoria Executiva e 2(dois) do Conselho de Administração, para examinar minuciosamente as obras e o "curriculum vitae", apresentando relatório circunstanciado e conclusivo.

V - A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à APAE, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes previstos neste Estatuto.

Seção III

Dos Direitos dos Associados

Art. 10 - São direitos assegurados aos Associados Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

a) participar das Assembléias Gerais, discutir, votar e ser votado para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

b) propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da APAE;

c) requerer convocação de Assembléia Geral Extraordinária, justificando convenientemente o pedido;

d) participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da APAE, usando da palavra, mas sem direito a voto;

e) apresentar à APAE idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

f) participar de todos os eventos organizados pela APAE, Conselho Regional, Federação das APAEs do Estado e Federação Nacional das APAEs;

g) requerer a apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs as propostas de ~~alteração~~ *alteração* do Estatuto da APAE.

§ 1º - Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2º - Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3º - Os associados contribuintes, quando funcionários da APAE, cedidos ou com vínculo indireto, não poderão votar, nem serem votados, nem convocar Assembléia Geral Extraordinária.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 11 - São obrigações dos associados da APAE:

a) manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;

b) pagar as contribuições e prestar todas as informações solicitadas pela Diretoria Executiva;

c) participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

d) aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva da APAE, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

e) cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as Resoluções da Diretoria Executiva, as do Regimento Interno, bem como as decisões dos órgãos dirigentes da APAE;

f) informar, por escrito, à Diretoria Executiva da APAE, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências.

Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 12 - As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas

pelos Associados, acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da APAE, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

§ 1º - As penalidades a que se refere o caput do artigo consistem em:

I - Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, e será aplicada pelo Presidente da APAE;

II - Suspensão, do direito de votar e de ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Diretor Financeiro;

III - Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da APAE, da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs.

§ 2º - A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com o aval da Assembléia Geral, para punir faltas muito graves.

§ 3º - Em caso de morte o direito do associado não se transfere a terceiros.

§ 4º - Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas infrações contra o presente Estatuto, e outras consideradas de natureza grave, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para a Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

§ 5º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 4º deste artigo.

§ 6º - O desligamento dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida à diretoria da APAE, não podendo ser negado.

Art. 13 - Diante de irregularidades existentes e apuradas pela Comissão de Ética designada pela Diretoria Executiva da APAE, o associado será notificado, marcando-se prazo para apresentar a defesa que tiver, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

I - O não atendimento pelo associado, aos termos da notificação, o sujeitará aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da APAE "ad referendum" do Conselho de Administração;

II - Conforme a gravidade da falta, da penalidade aplicada poderá decorrer a suspensão do direito de eleger e ser eleito para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Diretor Financeiro e Segundo Diretor Financeiro, durante oito anos, nos termos do inciso II do artigo 12;

III - Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de Resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da APAE "ad referendum" do Conselho de Administração;

IV - O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembléia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da APAE

Seção I

Da Organização

Art. 14 - São órgãos da APAE, responsáveis por sua administração:

1 - Assembléia Geral

2 - Conselho de Administração

3 - Conselho Fiscal

4 - Diretoria Executiva

5 - Autodefensoria

6 - Conselho Consultivo

§ 1º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados da APAE há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria.

§ 2º - O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo, não pode ser remunerado a qualquer título, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações, ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a dirigentes, diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, sob qualquer denominação, forma ou pretexto.

§ 3º - A APAE não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

§ 4º - Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos, sempre que possível.

Art. 15 - Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a APAE, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembléia Geral

Art. 16 - A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da APAE, será constituída pelos associados que a ela comparecerem, em pleno gozo de seus direitos estatutários,

quites com suas contribuições junto à tesouraria da APAE, e pelos pais das pessoas com deficiência matriculadas nos programas de atendimento da APAE.

§ 1º - Terão direito de votar nas Assembléias Gerais, os pais e as mães e os associados contribuintes, há no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais.

§ 2º - No caso de procuração, o outorgado deverá ser associado da APAE outorgante.

§ 3º - Não se admite mais de uma procuração por associado contribuinte.

§ 4º - Instalada a Assembléia Geral pelo Presidente, o mesmo fará a prestação de contas, apresentando o balanço e o relatório de atividades, secretariado pelo (a) Diretor (a) Secretário (a) da APAE.

§ 5º - Uma vez instalada Assembléia Geral e havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da mesma, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 6º - Em caso de empate, para os cargos de Presidente e Secretário da Assembléia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da APAE.

§ 7º - Em caso de empate para a Diretoria Executiva considerar-se-á eleita a chapa cujo presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da APAE.

Art. 17 - A convocação da Assembléia Geral far-se-á uma única vez por meio de publicação na imprensa do município da APAE, e por notificação aos associados e pais, feita através de boletim, telegrama, circular ou outros meios convenientes, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, admitindo-se, como alternativa, editais afixados nos principais lugares públicos do município, com a mesma antecedência

§ 1º - No edital de convocação da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverá constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º - A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constar dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 18 - À Assembléia Geral, órgão soberano da APAE, compete exclusivamente:

- a) alterar o Estatuto;
- b) decidir sobre a fusão, transformação, dissolução ou extinção da APAE;
- c) eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- d) destituir os administradores;
- e) aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- f) verificar a qualificação e proclamar os membros do Conselho Consultivo, na forma estabelecida neste Estatuto;
- g) apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- h) conceder o título de associado benemérito e honorário, por proposta da Diretoria.

Parágrafo único - As Assembléias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da APAE.

Art. 19 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nas alíneas "c", "e" e "f" do artigo 18, com posse no primeiro dia útil de janeiro do ano subsequente.

Art. 20 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, sempre que julgar conveniente, ou quando houver requerimento assinado por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais, para os fins indicados nas alíneas "a", "b", "d", "g" e "h" do artigo 18, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 21 - O Conselho de Administração, composto de 05 (cinco) a 15 (quinze) membros, será eleito pela Assembléia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º - No caso de ocorrer vaga ou impedimento dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, da terça parte dos seus membros.

§ 5º - Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir as reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º - O Presidente e o Diretor Secretário do Conselho de Administração serão os titulares dos cargos da Diretoria Executiva, sem direito a voto, exceto o de Minerva, ao Presidente.

Art. 22 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) aprovar o Regimento Interno da APAE;
- b) emitir parecer, para encaminhamento à Assembléia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;
- c) aprovar o Plano Anual de Atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

- d) examinar o Relatório de atividades da Diretoria Executiva, sobre as atividades e a situação financeira da APAE, em cada exercício;
- e) responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;
- f) deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;
- g) examinar e deliberar sobre a política de atendimento a pessoa com deficiência no âmbito da APAE;
- h) referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;
- i) aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico, indicado pela Diretoria Executiva;
- j) preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, e referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;
- k) escolher, através de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidatos à chapa oficial à presidência da APAE;
- l) assumir a presidência da APAE, por meio de indicação de três membros, no caso de renúncia ou destituição dos membros da Diretoria Executiva;
- m) convocar, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar em 60 dias, para eleição da Diretoria Executiva;
- n) aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 23 - O Conselho Fiscal será eleito pela Assembléia Geral Ordinária, dentre associados, há no mínimo, 01 (um) ano, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal, quites com suas obrigações sociais, e compõem-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 24 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da APAE, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento do respectivo titular;

II - examinar os livros de escrituração da entidade;

III - examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V – opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

VI – promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII – fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

§ 1º - O exame das contas deverá ser repetido em caso de vaga do Diretor Financeiro, hipótese em que as contas serão submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V

Da Diretoria Executiva

Art. 25 - A Diretoria Executiva da APAE será composta de, no mínimo:

1 – Presidente

2 – Vice-Presidente

3 – 1º e 2º Diretores Secretários

4 – 1º e 2º Diretores Financeiros

5 – Diretor de Patrimônio

6 – Diretor Social

§ 1º - A Diretoria Executiva será eleita em Assembléia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, podendo, excepcionalmente, prorrogar-se até a posse de seus sucessores, permitindo-se uma reeleição.

§ 3º - Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e Diretores Financeiros.

Art. 26 - A Diretoria Executiva se reunirá no mínimo de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º - O Presidente terá, além do seu, o voto de qualidade nos casos de empate.

Seção VI

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 27 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) promover e fomentar a realização dos fins da APAE;
- b) elaborar o Regimento Interno da APAE, submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, remetendo cópia à Federação das APAEs do Estado e à Federação Nacional das APAEs;
- c) aprovar a admissão de associados;
- d) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da APAE, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- e) submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembléia Geral;
- f) submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da APAE, em cada exercício;
- g) organizar o plano de constituição de comissões especiais encarregadas da execução dos fins sociais, designar sede e os respectivos membros, e supervisionar a atuação das mesmas comissões;
- h) criar, prover e desprover os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- i) promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- j) convocar a Assembléia Geral e reuniões do Conselho de Administração;
- k) pagar as contribuições à Federação Nacional das APAEs;
- l) respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das APAEs do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das APAEs;
- m) promover a participação da APAE nas Olimpíadas, Festivais, Congressos e outros eventos;
- n) estabelecer procedimentos e diretrizes para aquisição de bens móveis e imóveis, e recebimento de doações, considerando sempre o custo/benefício e após ouvido o Conselho de Administração;
- o) receber doações com encargos e fazer doações, sempre com encargos, após ouvido o Conselho de Administração;
- p) indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;
- q) alienar bens imóveis, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;
- r) estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;
- s) dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;
- t) convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela APAE.

§ 1º - O plano anual/plurianual de atividades e o orçamento, de que trata a alínea "d" deste artigo, deverão ser encaminhados até 60 (sessenta) dias a contar do início do exercício.

§ 2º - A Diretoria Executiva, somente poderá fazer doações, após ouvido o Conselho de Administração, e sempre com encargos;

§ 3º - A aquisição e alienação de bens de que tratam as alíneas "n" e "q", deste artigo,

somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração.

Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 28 - Compete ao Presidente:

- a) assegurar o pleno funcionamento dos serviços da APAE nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos com o apoio do Conselho de Administração;
- b) convocar e presidir a Assembléia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- c) representar a APAE, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado, com as quais se relacionar;
- d) representar a APAE judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- e) apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da APAE, ao fim de cada ano e, ao término do mandato, à Assembléia Geral;
- f) dirigir a APAE, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;
- g) assinar cheques e ordens de pagamento, conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;
- h) instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;
- i) zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;
- j) ratificar de modo expresse, à Federação das APAEs do Estado e à Federação Nacional das APAEs o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;
- k) cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da APAE.

Parágrafo único - O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Art. 29 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único - Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato.

Art. 30 - Compete ao 1º Diretor Secretário:

- a) secretariar as Assembléias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;
- b) superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das

atividades da APAE;

- c) exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;
- d) entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da APAE;
- e) disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e leitura do Estatuto da APAE;
- f) exercer a presidência da APAE no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Parágrafo único - Compete ao 2º Diretor Secretário:

- a) substituir o 1º Diretor Secretário nas suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 31 - Compete ao 1º Diretor Financeiro:

- a) elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;
- b) conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à tesouraria;
- c) assinar cheques e/ou ordens de pagamento, conjuntamente com o Presidente, ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da APAE;
- d) promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;
- e) fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;
- f) manter em dia a escrituração da receita e da despesa da APAE, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;
- g) apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

Parágrafo único - Compete ao 2º Diretor Financeiro:

- a) substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 32 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da APAE;
- b) ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da APAE;
- c) providenciar a escrituração do material permanente da APAE, mantendo-a em ordem e em dia.

Parágrafo único - o Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 33 - Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

- a) organizar as atividades sociais;
- b) elaborar o programa de solenidades;
- c) estabelecer normas para o relacionamento do pessoal da APAE com o público;
- d) realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;

- c) zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;
- d) participar, mediante convite, dos eventos realizados pela APAE.

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Art. 40 - A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único - O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o procurador jurídico nas faltas ou impedimentos deste.

Art. 41 - O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da APAE, após aprovação do Conselho de Administração.

Art. 42 - O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e opinará sobre a juridicidade e legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 43 - Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 44 - Compete ao Procurador Jurídico:

- a) atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- b) defender os interesses da APAE, em juízo ou fora dele, mediante expresse mandato do Presidente ou de seu substituto legal;
- c) elaborar, examinar, e visar minutas de contratos e convênios;
- d) emitir parecer sobre matéria de interesse geral da APAE, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;
- e) representar juridicamente a entidade junto às repartições públicas e privadas;
- f) pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência;
- g) manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;
- h) dirigir os serviços da Procuradoria da APAE.

CAPÍTULO V

Das Receitas e do Patrimônio

Art. 45 - As receitas da APAE, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

- I - contribuições de associados e de terceiros;
- II - legados;
- III - subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

e) promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

Seção VIII

Da Autodefensoria

Art. 34 - A autodefensoria é o processo desenvolvido pelas APAEs para os familiares, ampliação da participação e representação da pessoa com deficiência, na gestão institucional e formação de habilidades, autonomia e cidadania.

§ 1º - A eleição dos autodefensores, um do sexo masculino e um do sexo feminino, será realizada, preferencialmente, pelas pessoas com deficiência atendidas pela APAE, em Assembléia Geral Ordinária, com mandato de 03 (três) anos, permitindo-se uma reeleição.

§ 2º - Não sendo possível a eleição dos autodefensores por seus companheiros, caberá a indicação dos 2 (dois) nomes, pelos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, referendados pela Assembléia Geral Ordinária.

Art. 35 - Compete aos autodefensores:

- a) defender os interesses das pessoas com deficiência, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e participação em todos os seguimentos da sociedade;
- b) participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração opinando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência;
- c) participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;
- d) votar e ser votado para autodefensoria.

Seção IX

Do Conselho Consultivo

Art. 36 - O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da APAE e tem caráter vitalício.

Parágrafo único - Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da APAE, a sua vaga no Conselho Consultivo será mantida.

Art. 37 - A Assembléia Geral verificará a condição e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 38 - As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 39 - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;
- b) esclarecer, quando solicitado e possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

IV - doações de qualquer natureza;

V - quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VI - produto líquido de promoções de beneficência;

VII - rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

VIII - auxílio ou recursos provenientes de convênio que venha a receber de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único - Essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 46 - O patrimônio da APAE será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública.

Parágrafo único - No caso de dissolução ou extinção da APAE as receitas e o patrimônio social reverterão em benefício de entidades congêneres, com personalidade jurídica, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a entidade pública.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 47 - De três em três anos, serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 48 - A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembléia Geral Ordinária.

§ 1º - A inscrição das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da APAE até 20 dias antes da eleição, que se realizará dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

§ 2º - Somente poderão integrar as chapas os concorrentes associados da APAE há pelo menos 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria da APAE.

§ 3º - São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da APAE: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 1º grau, funcionários quando no exercício do cargo ou cedidos.

§ 4º - Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar no ato da inscrição da chapa cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, declaração de bens móveis e imóveis, certidões negativas criminais, certidão de regularidade do CPF, ficha de filiação de associado da APAE, cópia do parecer favorável da prestação de contas do Conselho Fiscal e da ata de aprovação da última gestão, no caso de candidato à reeleição, declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do parágrafo 6º deste artigo, devendo um dos três candidatos manter seu domicílio no município sede da APAE.

§ 5º - É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da APAE.

§ 6º - É vedada a participação de funcionários da APAE na Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, ainda que cedidos ou com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art 49 - O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela APAE por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 50 - A eleição será realizada, de três em três anos, na primeira quinzena do mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 51 - Toda proposta para alteração do presente Estatuto só poderá ser apresentada em Assembléia Geral Extraordinária convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 17, com aprovação prévia da Federação Nacional e desde que não colida com os Estatutos da Federação do Estado e da Federação Nacional das APAEs.

Parágrafo único - Toda proposta de alteração estatutária deverá ser entregue e protocolada na Secretaria da APAE, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias que antecederem a instalação da Assembléia Geral Extraordinária para tal fim convocada, sem o que não será apreciada.

Art. 52 - A extinção, fusão, transformação, ou alteração do nome da APAE somente poderá ser feita se determinada e aprovada por deliberação de 2 (duas) Assembléias Extraordinárias sucessivas, realizadas com intervalo de 90 (noventa) dias, instaladas com a presença de, no mínimo dois terços dos associados, em dia com as obrigações sociais, e de representantes da Federação Nacional das APAEs, sem o que suas deliberações não terão validade.

§1º - A Federação Nacional das APAEs e a Federação das APAEs do Estado, deverão ser convocadas para participar da Assembléia Geral Extraordinária, obrigatoriamente, com antecedência mínima de 30 dias da data marcada para a realização da mesma, quando convocada para a finalidade prevista neste artigo.

§2º - É vedada a extinção, fusão ou transformação da APAE quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das APAEs.

Art. 53 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 54 - O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária, e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

ATO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS TRANSITÓRIAS

Art. 1º - A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, com mandatos até 31 de dezembro de 2006, terão, seus mandatos prorrogados até 31 de dezembro 2007. As eleições previstas anteriormente para o mês de novembro de 2006 deverão ocorrer em novembro de 2007, com posse dos novos eleitos em janeiro de 2008, conforme disposto neste presente Estatuto.

Parágrafo único - A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das APAEs do presente Estatuto para as APAEs, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo, sob pena de decretação de vacância dos cargos da Diretoria Executiva.

Art. 2º - O presente Ato entra em vigor juntamente com o Estatuto.

Formosa do Oeste, 14 de Novembro de 2006.

Cartório de Títulos e Documentos
e das Pessoas Jurídicas
Comarca de Formosa do Oeste - PR
Bel. Adriano Marques- CPF 023.858.349-01
Ana Paula R. da Costa- CPF 032.287.409-27
Escriventes Autorizados

Firme Reconhecer
Cartório Tab. e Protesto

Geraldo de Moraes Correa
GERALDO DE MORAES CORREA
(PRESIDENTE)



RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) SEME
LIANCA GERALDO DE
MORAES CORREA.
Formosa do Oeste - PR, 14/11/2006
Em testemunho _____ da verdade.
☐ Edna Lucia Mello Nogueira - Ofic. Designada
☒ Charles Vitor Marica - Esc. Autorizado

Adriano Marques
Advogado
OAB/PR 19760
CPF: 627.950.579-04

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
PROTOCOLO Nº 0017138
REGISTRO Nº 0001818/000
LIVRO A-013
FOLHA188

Formosa do Oeste (PR), 13 de dezembro de 2006

Ana Paula Ribeiro da Costa
Escrevente Autorizada

Cartório de Títulos e Documentos
Comarca de Formosa do Oeste

Custas R\$ 50,00



Títulos e Documentos
Pessoas Jurídicas
Formosa do Oeste - PR
Marques- CPF 023.858.349-01
da Costa- CPF 032.287.409-27
entes Autorizados



APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CGC 80.879.406/0001-25
Avenida São Luiz, nº 490 – Fone: (44) 5261575
CEP 85830 000 - Formosa do Oeste - Paraná

ATA Nº 01/09

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE FORMOSA DO OESTE – PR

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e nove, reuniram-se nas dependências da Escola de Educação Especial Cantinho Fraternal – APAE de Formosa do Oeste, os membros da Diretoria Sr. Geraldo de Moraes Correa (Presidente); José Machado Santana (Tesoureiro); Joana Orlando Comasseto (secretaria), os Funcionários da escola: Agostinho Álvares Parrales Filho (Diretor); Dalva Aparecida de Lima (Professora); Sonia Maria Alvares (Professora), para nomear definitivamente o Senhor Itacir Comasseto tesoureiro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Formosa do Oeste, devido a afastamento do senhor José Machado Santana, que havia se licenciado do cargo de Tesoureiro da mesma por motivos eleitorais.

O senhor Itacir Comasseto responderá como tesoureiro até a data de 31 de Dezembro de 2010, o presidente Geraldo de Moraes Correa deu por encerrada, da qual eu Joana Orlando Comasseto, lavrei a presente ata, a qual será assinada por mim e por demais presentes.

Formosa do oeste, 02 de janeiro de 2009.

Geraldo de Moraes Correa

Firma Reconhecida
Cartório Tab. e Protesto

Ismael D. Petrucci
ISMAEL D. PETRUCI
 ADVOGADO
 OAB-PR. 10.037 - C.I.C. 370.533.459-04

Firma Reconhecida
Cartório Tab. e Protesto



RECONHECIMENTO(S) FIRMA(S) *ISMAEL D. PETRUCI*
AV. GERALDO DE MORAES CORREA, ISMAEL DONI
ZETE PETRUCI
 Formosa do Oeste - PR, 28/10/09
 Em testemunho da verdade.
☐ Edna Lucia Mello Nogueira - Ofic. Designada
☒ Charles Vitor Mânica - Esc. Autorizado

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

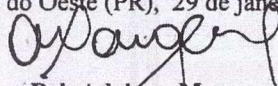
PROTOCOLO Nº 0018589

REGISTRO Nº 0002025/00

LIVRO A-015

FOLHA 195

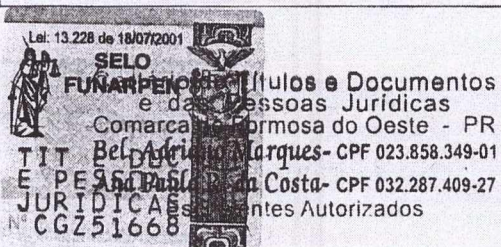
Formosa do Oeste (PR), 29 de janeiro de 2009



Bel. Adriano Marques
Escrevente Autorizado

Cartório de Títulos e Documentos
Comarca de Formosa do Oeste

Custas R\$ 50,50



SELO DE PESSOAS JURÍDICAS
FUNARPEJO
Nº 0002025/00

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 80.879.406/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/03/1991
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO AV AVENIDA SAO LUIZ		NÚMERO 490	COMPLEMENTO
CEP 85.830-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FORMOSA DO OESTE	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **05/06/2009** às **10:44:42** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
Atualize sua página



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

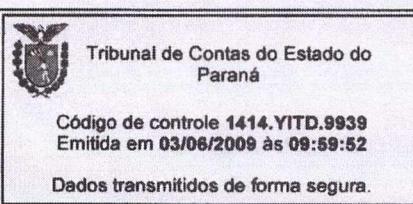
Certidão Liberatória

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FORMOSA DO OESTE
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE
80.879.406/0001-25

É CERTIFICADO, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 48/2002, de 31/10/2002 QUE O(A) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FORMOSA DO OESTE ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AO ARTIGO 27 DA LEI N.º 5.615, DE 11 DE AGOSTO DE 1967.

A presente certidão é válida até o dia 31/05/2010 - Fornecimento gratuito

A autenticidade desta Certidão DEVERÁ ser confirmada via internet no site www.tce.pr.gov.br.





MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE/FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA NR. 195 / 2009

CADASTRO: 13160 CNPJ/CPF: 80.879.406/0001-25
NOME: ASSOC.DE PAIS E AM.DOS EXECPCI
FINALIDADE: DIREITOS
ENDEREÇO AVEN SAO LUIZ N°.
COMPL.END. APAE
CIDADE: FORMOSA DO OESTE CEP- 85830000 PR

CERTIFICAMOS que até a presente data NÃO CONSTA débitos tributários relativo ao ESTABELCIMENTO COMERCIAL com a(s) características e localização acima descrita(s)

Fica ressalvado o direito da Fazenda Publica Municipal de cobrar débitos posteriormente constados, mesmo referentes ao periodo nesta Certidão compreendido.

DATA DE EMISSÃO: 15/05/2009
DATA DE VALIDADE: 15/08/2009

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL

Denis Ferreira da Silva
CHEFE DA SEÇÃO DA
RECEITA E FISCALIZAÇÃO
Decreto Nº 1643/2009



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

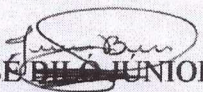
CERTIDÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Certificamos para fins de recebimentos de recursos financeiros a Título de Transferência Voluntária junto a Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste, que a Entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrita no CNPJ sob nº 80.879.406/0001-25, com sede na Avenida São Luis nº 490 nesta cidade de Formosa do Oeste – PR, encontra-se quites com relação à prestação de contas de recursos recebidos até a presente data.

A validade da presente Certidão é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão

E, por ser expressão da verdade, firmo a presente nos termos das exigências legais, sob as penas da lei.

Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste, em 02 de Abril de 2009


JOSE RILDO JUNIOR
Chefe da Seção de Convênios



MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

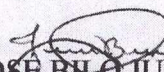
CERTIDÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Certificamos para fins de recebimentos de recursos financeiros a Título de Transferência Voluntária junto a Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste, que a Entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrita no CNPJ sob nº 80.879.406/0001-25, com sede na Avenida São Luis nº 490 nesta cidade de Formosa do Oeste – PR, encontra-se quites com relação à prestação de contas de recursos recebidos até a presente data.

A validade da presente Certidão é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão

E, por ser expressão da verdade, firmo a presente nos termos das exigências legais, sob as penas da lei.

Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste, em 02 de Abril de 2009


JOSE BILO JUNIOR
Chefe da Seção de Convênios

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

NO 051762009-14021010

NOME: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ: 80.879.406/0001-25

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR E INSCREVER QUAISQUER DÍVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO QUE VIEREM A SER APURADAS, E CERTIFICADO QUE CONSTAM EM SEU NOME, NESTA DATA, DÉBITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa, NOS TERMOS DO ART. 151 DA LEI NO.5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN).

ESTA CERTIDÃO, EMITIDA EM NOME DA MATRIZ E VÁLIDA PARA TODAS AS SUAS FILIAIS, REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS, POR LEI, ÀS TERCEIROS, INCLUSIVE ÀS INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA DO INSS, NÃO ABRANGENDO OS DEMAIS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) E OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN), OBJETO DE CERTIDÃO CONJUNTA PGFN/RFB.

CONFORME DISPOSTO NOS ARTS 205 E 206 DO CTN, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA.

ESTA CERTIDÃO TEM AS FINALIDADES PREVISTAS NO ART. 47 DA LEI NO 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E ALTERAÇÕES, EXCETO PARA:

- AVERBAÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO REGISTRO DE IMÓVEIS;
- REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL, TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADE LIMITADA E CISA PARCIAL OU TRANSFORMAÇÃO DE ENTIDADE OU DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU SIMPLES;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL OU DE EMPRESÁRIO, CONFORME DEFINIDO PELO ART.931 DA LEI NO. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - CÓDIGO CIVIL, EXTINÇÃO DE ENTIDADE OU DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU SIMPLES, INCLUSIVE A DECORRENTE DE CISA TOTAL, FUSÃO OU INCORPORAÇÃO.

A ACEITAÇÃO DESTA CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA À FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA E À VERIFICAÇÃO DE SUA AUTENTICIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

CERTIDÃO EMITIDA COM BASE NA PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB NO 3, DE 02/05/2007.

EMITIDA EM 20/05/2009.
VÁLIDA ATÉ 16/11/2009.

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 80879406/0001-25
Razão Social: ASSOC PAIS E AMIGOS DOS EXCEP FORMOSA DO OESTE
Nome Fantasia: APAE
Endereço: AV SAO LUIZ 490 / CENTRO / FORMOSA DO OESTE / PR / 85830-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/05/2009 a 11/06/2009

Certificação Número: 2009051316594666143808

Informação obtida em 05/06/2009, às 10:37:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

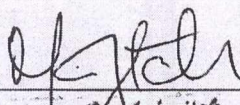
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL**



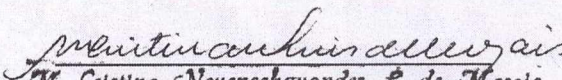
ATESTADO DE REGISTRO

ATESTAMOS, de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro
de 1951, que o(a) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS -
APAE DE FORMOSA DO OESTE CGC 80.879.406/0001-25 xxxxxxxx
sediado(a) FORMOSA DO OESTE
Estado PARANÁ acha-se REGISTRADO(A)
neste Conselho, conforme Processo nº 28987.009085/93-72 deferido
em Sessão realizada no dia 10 / 06 / 94.

Brasília, CNSS; 20 de julho de 19 94


Marlova Joubelovitch
Presidente do CNAS

AVERBAÇÕES:


M. Cristina Neuenschwander L. de Moraes
Secretária Executiva-CNAS/MSES

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, REFERNTE A ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA.

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e sete, as 19:30 horas em primeira convocação e, as 20:00 horas a segunda convocação, reuniram-se nas dependências da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, cito a avenida São Luiz nº 490, conforme edital de convocação datada em quatorze de novembro de dois mil e sete para a Assembléia Geral Ordinária, e para a leitura e discussão do Relatório de Atividades e prestação de conta anual, bem como, para a votação da chapa que elegerá a nova Diretoria com mandato para os anos de (dois mil e oito a dois mil e dez) (2008 a 2010), prosseguindo a reunião o atual Presidente Sr. Geraldo de Moraes Correa fez a abertura da reunião agradecendo a presença de todos e em seguida passou a palavra ao Sr. José Machado Santana que fez a apresentação da nova chapa com mandato 2008 a 2010, ficando assim composta: Presidente: Geraldo de Moraes Correa, Vice-Presidente: Fernando Luiz da Silva, Diretor Secretário: Joana Orlando Comasseto, Segundo Diretor Secretário Sérgio Gerônimo, Primeiro Diretor Financeiro : José Machado Santana, Segundo Diretor Financeiro: Itacir Comasseto, Diretor de Patrimônio: Antoni Biló, Diretor Social: Wilson Piovan, Procurador Geral: Luiz Carlos Ricatto, Conselho Administrativo: Agostinho Álvares Parrales, Silvio Altran, Cleudeci Pessoa de Andrade, Luiz Carlos Domingos dos Santos, Pedro Donizete Dias Monteiro, Pedro Malagute, Antonio Fanhani, José Deliberas, José Costa, Daniel Quaresma Ribeiro, Alírio Tunes, Elza Verussa, Valdo Pereira de Oliveira, Zenaide Ferrarese, Sueli Alves de Souza. Conselho Fiscal: Hilton Geronimo, Dorival Altran, Antenor Pacífico, Raimundo Marques Cavalcante, Miguel A Navarro, Antonia Rodrigues de Souza. Após a leitura da chapa da nova diretoria a mesma foi aprovada por aclamação unânime. Após a aprovação da nova Diretoria o Sr. Geraldo de Moraes Correa tomou a palavra e antes dos agradecimentos pediu para que incluísse na ata o novo endereço da APAE, que será Avenida: São Luiz 490, em seguida agradeceu a todos por fazer parte da reunião e disse que somente com a união poderemos chegar ao lugar que almejamos que é fazer as APAE um modelo de administração, e dando prioridade ao atendimento aos educandos, deste estabelecimento de ensino, depois de encerrado os assuntos o Presidente deu como data para a posse da nova diretoria dois de janeiro de dois mil e oito (02/01/2008), onde eu Joana Orlando Comasseto lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais membros da Diretoria.

Formosa do Oeste, 14 de Novembro de 2007.



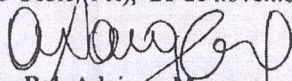
HECO(A)S FIRMA(S) *Geral - de Moraes*
 Em testemunho da verdade,
☐ Edna Lucia Melo Nogueira - Ofic. Designada
☒ Charles Vilson Mânica - Esc. Autorizado

Geraldo de Moraes Correa
 Firmo Reconheci
 Cartório Tab. e Fiscal

Luiz Carlos Ricatto
 Firmo Reconheci
 Cartório Tab. e Fiscal
 O.A.B./PR 15.031
 CPF 571.444.009-91

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
PROTOCOLO Nº 0017848
REGISTRO Nº 0001928/00
LIVRO A-015
FOLHA035

Formosa do Oeste, (PR), 26 de novembro de 2007



Bel. Adriano Marques
Escrevente Autorizado

Cartório de Títulos e Documentos
Comarca de Formosa do Oeste

Custas R\$ 50,50

Lei 13.226 de 18/07/2001



SELO
FUNARPEN

Cartório de Títulos e Documentos
e das Pessoas Jurídicas
Comarca de Formosa do Oeste - PR

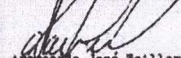
TITULO DO
E PESSOAS
JURIDICAS
CCZ49132

Bel. Adriano Marques - CPF 023.858.349-01

Bel. Paulo Roberto Costa - CPF 032.287.409-27

Empregados Autorizados

Gabinete do Prefeito Municipal
de Jesuítas, Estado do Paraná.
Em, 10 de abril de 1991.


Aparecido José Weiller
PREFEITO MUNICIPAL.

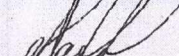
PORTARIA Nº 194/91

O Prefeito Municipal de Jesuítas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, Item XI, datada de 03 de abril de 1991,

Art. 1º - Conceder gratificação de função de 22% (vinte e dois por cento), vantagens acessórias pela natureza de serviços, ao funcionário SIDAIR VALOTO, ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, nível OC4.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 março de 1991, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
de Jesuítas, Estado do Paraná.
Em, 10 de abril de 1991.


Aparecido José Weiller
PREFEITO MUNICIPAL.

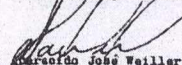
PORTARIA Nº 195/91

O Prefeito Municipal de Jesuítas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 59, Item XI da Lei Orgânica Municipal, datada de 03 de abril de 1990,

Art. 1º - Conceder gratificação de função de 14,83% (quatorze vírgula oitenta e três por cento), vantagens acessórias pela natureza de serviços, ao funcionário LUIS MÁRCIO ARMAUT DE TOLEDO, ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS, VIÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, nível CC3.

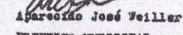
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 5 de março de 1991.

Gabinete do Prefeito Municipal
de Jesuítas, Estado do Paraná.
Em, 10 de março de 1991.


Aparecido José Weiller
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 196/91

O Prefeito Municipal de Jesuítas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, Item II, da Lei Orgânica Municipal, datada de 03 de abril de 1991,


Aparecido José Weiller
PREFEITO MUNICIPAL.

Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste

LEI Nº 008/91

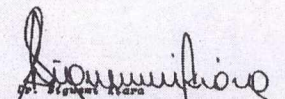
Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste - APAE.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FORMOSA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formosa do Oeste que tem por finalidade principal manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação e inserção social do excepcional, estimular o trabalho do excepcional por meio de experiências e das medidas que forem julgadas necessárias, desenvolver a cultura especializada e o treinamento da pessoa destinada a trabalhar no campo de educação para o excepcional, escolarizar, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa ao excepcional, pleitear junto aos poderes públicos competentes medidas normativas e administrativas, visando aos interesses do excepcional, promover medidas comunitárias de âmbito municipal e regional, que visem assegurar o ajustamento e o bem estar do excepcional, levar ao público a conhecer o problema do excepcional, diligenciar, por todos os meios de divulgação, o apoio da opinião pública e dos órgãos oficiais, para a solução dos problemas do excepcional, organizar a assistência ao excepcional, encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos do excepcional, angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da Associação, promover a fundação e prestar assistência a associações congêneras.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ARXIVE-SE.
Centro Cívico Governador Alvaro Dias, Paço Municipal, aos dois dias do mês de Abril de um mil, novecentos e noventa e um.


Aparecido José Weiller
Prefeito Municipal.

DOS 1
Folhas
1.ª e 2.ª
mão
to 41

DEPT
Sec.

APARE
(sele
01 de
tamb
to de

DEPT
Sec.

DIGIT
mãos,
de 101
outros